

Representantes da sociedade, governo e setor privado em Mato Grosso são unânimes: “Desmatamento se combate com incentivos e com trabalho conjunto”

Representatives of civil society, government and private sector in Mato Grosso are unanimous: Combatting deforestation requires incentives and shared effort

Organização: Paula Bernasconi e Robert Buschbacher

doi:10.18472/SustDeb.v7n2.2016.19863

DEBATE

O Dossiê Avaliação da Resiliência Socioecológica como Ferramenta para Entender a Fronteira Amazônica: experiências e reflexões é fruto de um Curso de Especialização para capacitação de lideranças no estado de Mato Grosso. Foram convidados três profissionais que participaram de todo o processo a conversar sobre suas diferentes perspectivas e visões a respeito do desafio de integrar a conservação com o desenvolvimento em Mato Grosso e como eles aplicam conceitos de resiliência em sua vida profissional.

Os três debatedores, André Baby (analista de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA)), Renato Farias (diretor-executivo do Instituto Centro de Vida (ICV)) e Elison Marcelo Schuster (produtor de gado e consultor técnico de empresas do setor madeireiro, pecuário e pequenos agricultores), foram unânimes ao reconhecer que ações de comando e controle só conseguem controlar o desmatamento quando acompanhadas por incentivos econômicos. Mas se mostraram otimistas ao afirmar que as pressões do mercado, do governo e dos próprios produtores estão conduzindo Mato Grosso para um processo de consolidação do aumento da produção combinada à redução do desmatamento. Nesse sentido, os debatedores destacaram a abordagem sistêmica e a valorização das perspectivas de diferentes atores trazidas pelo curso como contribuição importante para seus trabalhos.

Perfis dos Debatedores

André Baby é engenheiro florestal, analista de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), possui MBA em Gestão Ambiental, MBA em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas, ocupa o cargo de secretário-executivo da Sema; ele traz uma visão como aluno do curso e suas perspectivas e experiência como servidor público.

Renato Farias é diretor-executivo do Instituto Centro de Vida (ICV), ONG que atua desde 1991 em Mato Grosso cuja missão é construir soluções compartilhadas para o uso sustentável da terra e dos recursos naturais, com grande atuação no município de Cotriguaçu, área focal de boa parte dos estudos apresentados no dossiê ao qual esse debate é parte.

Elison Marcelo Schuster é engenheiro-agrônomo e engenheiro florestal. Nascido no Paraná, vive e trabalha em Cotriguaçu desde 1999, desenvolvendo atividades de consultoria técnica para empresas do setor madeireiro, para pecuaristas e pequenos agricultores. Foi secretário de Agricultura (2001-2004) e membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu.

O debate foi facilitado por Paula Bernasconi e Robert Buschbacher, coeditores deste dossiê de SeD. Foi conduzido em uma reunião com todos os participantes em Cuiabá, capital do estado, no dia 22 de junho de 2016 e posteriormente por Skype no dia 28 de julho de 2016 (Buschbacher e Schuster). O texto foi compilado e editado pelos organizadores, com esclarecimentos e complementações dos participantes via email e Skype.

1. Além de professores e alunos universitários, nosso curso foi enriquecido com a participação de pessoas do governo, ONGs e a comunidade local. Queremos trazer um pouco desse conhecimento para o presente dossiê da revista Sustentabilidade em Debate e ouvir também como tem aplicado as aprendizagens do curso em seu trabalho profissional. Sendo que nenhum de vocês é mato-grossense de nascimento, gostaríamos de saber um pouco sobre como chegaram a Mato Grosso e como tem sido sua vivência aqui?

BABY: Sou de Brasília (DF), formei em Engenharia Florestal, trabalhei por um período no Ibama, no WWF-Brasil, fui pesquisador, consultor ambiental e desde 2005 trabalho na Sema/MT. Nos dez anos de carreira na SEMA, já atuei em diversos setores e funções, gostei muito de trabalhar com ecologia da paisagem e conservação. Já fui coordenador de geoprocessamento e sensoriamento remoto, superintendente de licenciamento, assessor de gabinete, entre outras funções. Sempre vi o órgão ambiental com o objetivo de conservar os recursos naturais, mas também de permitir o uso sustentável e ordenado desses recursos naturais.

SCHUSTER: Sou nativo de Santo Antônio do Sudoeste, extremo sudoeste do Paraná, fronteira com Argentina. Cursei o ensino médio e fundamental na cidade natal, de onde saí aos 17 anos para estudar em Curitiba. Depois de concluir o curso de Agronomia, migrei para estudar Engenharia Florestal na Universidade Federal de Mato Grosso. Ao concluir, vim para Cotriguaçu formar e criar minha família. Sou médio produtor de gado e tenho uma empresa de consultoria elaborando planos de manejo florestal.

FARIAS: Assim como outros paranaenses do Sul do Brasil, minha família foi atraída pelo sonho de uma vida próspera na Amazônia. Eles contam que viam propagandas com fotos de grandes plantações de café e produção agrícola, um novo "Eldorado", um contraste estimulante uma vez que conviviam com contínuas geadas e perda de produção no Paraná. Mudamos em 1979 para Alta Floresta, norte de Mato Grosso, eu então com 5 anos, com mais quatro irmãos. O "Eldorado" não nos pareceu tão motivador como as propagandas apresentavam. Havia, até então, uma extrema precariedade de infraestrut-

tura, desde estradas a hospitais. Um começo bastante desafiador inerente aos processos de ocupação de regiões de fronteiras, principalmente as amazônicas. O aprendizado foi rápido e compensador, fui crescendo com a cidade. Lá estudei e me graduei em Ciências Biológicas em 1997, na segunda turma da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). No ano seguinte assumi como professor interino na mesma universidade. Somente 20 anos após nossa chegada, saí de Alta Floresta para cursar pós-graduação no Sudeste do País. Em 2004, retornando a Alta Floresta, iniciei o trabalho no Terceiro Setor, assumindo a Direção-Executiva da Fundação Ecológica Cristalino (FEC). A FEC possui uma agenda de conservação pautada em Parques e Reservas Particulares de proteção integral e me permitiu conhecer instituições e pessoas ligadas ao setor. Em 2009 fui chamado para integrar a equipe do Instituto Centro de Vida (ICV), uma instituição com uma atuação mais diversificada. Trabalhei inicialmente como coordenador de um Programa de Conservação e Serviços Ecológicos e como coordenador de um Projeto multiautores/setores no noroeste do estado, município de Cotriguaçu. Nesse período vivenciei um importante estágio de construção de visões compartilhadas, uma vez que lidávamos com uma ampla diversidade de atores em um mesmo projeto: indígenas, pecuaristas, madeireiros, governantes municipais e agricultores familiares. Em 2015 assumi a Direção-Executiva da instituição, cargo que ocupo atualmente e que cuja única exigência para assumi-lo foi: continuar morando em Alta Floresta.

2. Como vocês enxergam o momento atual de conservação e desenvolvimento na Amazônia mato-grossense?

SCHUSTER: Nos últimos 1-2 anos tenho percebido que a maioria dos proprietários das áreas médias e grandes estão preocupados em melhorar o rendimento de suas propriedades, arrumando, limpando, adubando e reformando os pastos. Porque já estão cientes que não pode mais desmatar, por conta da pressão que sofremos. A alternativa que nos resta é aumentar a produtividade de nossas áreas, buscando acesso a crédito rural via Banco do Brasil, via Sicredi. O asfalto está chegando, a lavoura está chegando em Juína (município vizinho a Cotriguaçu) e as pessoas estão deixando suas propriedades mais arrumadas porque sabem que estão valorizando.

No entanto, existe um número grande de pequenas propriedades que não pararam de desmatar. Inclusive tem alguns médios proprietários que estão vendendo partes de suas propriedades com mata para aqueles com coragem de desmatar. Por exemplo, é fácil para o governo me localizar e monitorar, pois minha propriedade tem Cadastro Ambiental Rural (CAR), posso receber multa até por correio caso eu desmate. E como empresário, isso fica muito complicado para mim, não vou poder acessar crédito, etc. Mas aqueles que não têm estrutura, às vezes nem tem CPF, podem desmatar e o governo não tem como saber quem é o responsável, ficam à margem da fiscalização. E podem abrir uma área para formar pastagem e vender pelo dobro do preço.

BABY: Vejo o momento atual muito difícil. Tivemos um período de forte queda do desmatamento (90%) em dez anos, mas creio que ainda faltam bons exemplos de sustentabilidade e valorização da floresta para que essa queda no desmatamento se mantenha e não volte a subir como aconteceu em 2015. Acreditamos também que os momentos de crises políticas como as atuais fazem o cidadão desrespeitar as leis. É óbvio que não é o fator principal, mas contribuiu, assim como problemas econômicos, instabilidade em legislações ambientais, etc. Além disso, o legislador não tem a sensibilidade e experiência de um órgão ambiental, então a legislação ainda permite muitos recursos o que faz protelar a responsabilização. Isso torna a atividade irregular ainda lucrativa. O Estado tem investido em responsabilização, em eficiência, em destinação de bens apreendidos, entretanto, precisamos avançar mais. Nesses dez anos em que houve queda de desmatamento e a produção agropecuária triplicou fizeram Mato Grosso mostrar ao mundo que é possível produzir com sustentabilidade. É possível avançar em tecnologia sem a necessidade de abrir novas áreas. Por outro lado, é preciso que os procedimentos de licenciamento e gestão ambiental estejam em pleno funcionamento. A SEMA tem investido nisso, mas o sistema federal de CAR travou todo o processo, pois não foi construído de forma completa e sim por módulos. Isso faz com que o cidadão não consiga manter a exploração dos recursos naturais de forma legal. Avançamos muito em comando e controle, mas é preciso avançar mais em soluções de uso racional dos recursos naturais e permitir que o cidadão faça uso de suas áreas como a lei brasileira

permite. Nesse contexto, queremos fazer com que as pessoas mudem sua visão para MT de um estado degradado e desmatador para um estado que dá uma oportunidade para um desenvolvimento rural diferente, sustentável. Hoje MT virou uma grife de gestão ambiental, sempre chegando gente para ver e avaliar seus feitos. Temos nos comprometido cada vez mais com a sustentabilidade, inclusive assumindo novas metas de conservação e restauração dos ecossistemas com a sociedade e países internacionais, como foi na COP 21.

FARIAS: A gente olha e vê os grandes desafios que ainda precisamos superar no estado, mas tem gente de fora com um olhar muito positivo para as nossas iniciativas.

BABY: Sim, MT tem um reconhecimento internacional. O comitê Produzir Conservar e Incluir (PCI) (NE: estratégia criada pelo governo de MT para acompanhar de perto o cumprimento das ações apresentadas na 21ª Conferência do Clima, e integrado pelo Gabinete de Assuntos Estratégicos, a SEMA, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários), foi muito bem recebida na COP 21. O momento é muito difícil, mas de muita oportunidade. O importante é reconhecer o que temos de positivo, organizar nossas dificuldades, sem perder o foco em nossas melhorias de procedimento, de gestão, de conservação, de produção e de inclusão social.

FARIAS: Para mim o cenário atual é positivo, embora desafiador. Positivo no sentido de que há uma demanda crescente por um desenvolvimento pautado em sustentabilidade e de parceria entre diferentes elos das cadeias de commodities (incluindo o varejo). Positivo, porque diferentes setores aliados à sociedade civil (ONGs) têm apresentado que é possível se pensar em novos modelos de produção integrados à conservação (Programa Novo Campo atrelado ao Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis). Enfim, o cenário de um estado com grande produtividade, ao mesmo tempo que mantém 60% de área florestada, atrai atenções de investidores externos. No entanto, são grandes os desafios no que tange às temporalidades e demandas específicas e legítimas de quem está na ponta, ou seja, nos municípios/propriedades. Em geral, a ocupação dos espaços produtivos foi feita a altos custos socioambientais e reverter esse quadro em larga escala poderá ser lento. O desmatamento no estado ainda está presente. Ao mesmo tempo, respeitar as demandas legítimas das populações que vivem nos municípios significa repensar/reestruturar os modos de produção e integrar os benefícios de forma mais ampla. Enfim, o momento é de aprofundar o debate e o trabalho com os atores da ponta sobre os impactos do cenário positivo em que o estado se encontra, e mostrar que é possível na prática uma boa integração entre desenvolvimento e conservação. E os resultados positivos e incentivos precisam alcançar todos os atores, principalmente os da ponta, para conseguirem confrontar os riscos e pressões para o desmatamento.

BABY: As instituições, sejam elas do governo, da iniciativa privada, ONGs, etc., perceberam definitivamente a importância da inserção da economia nos processos de conservação. Mas ainda faltou uma parte importante, que é a valorização dos recursos naturais em meio a esse processo. A valorização da água potável, da biodiversidade, florestas, serviços ambientais, nisso ainda não avançamos muito. Hoje entendemos a importância da floresta para o clima, mas para entender a importância de uma espécie, um lagarto, uma planta, um riacho, uma nascente, ainda precisamos avançar mais e quem sabe até fazer o uso desses recursos ainda não explorados, como propriedades químicas de plantas e animais. Sinto a falta disso, mas de todo modo o fato de que "caiu esta ficha" da importância de envolver a parte econômica com a ambiental, fiquei muito feliz. E agora Mato Grosso também despertou para envolver a área social, isso é extraordinário.

3. Vocês estão enfatizando o papel do mercado atuando no controle ambiental por meio das cadeias produtivas. Como está acontecendo esse processo?

FARIAS: As iniciativas que estabelecem compromissos por compra de produtos com garantia de sustentabilidade são crescentes, alinhadas às preocupações com o clima. Posso citar o Consumer Goods Forum, que é uma união de empresas e indústrias que assumiram compromissos como Desmatamento Zero em 2020 em sua cadeia de fornecimento. Esse tipo de compromisso traz a necessidade de um rearranjo em toda a cadeia. São passos que têm sido adotados por grandes corporações, pois afetam

diretamente as metas de países consumidores como a Europa, por exemplo. Isso movimenta a procura por arranjos que propiciem a redução de risco para as indústrias e, conseqüentemente, para os consumidores, e tem impulsionado um olhar mais apurado para as regiões de fornecimento de matéria-prima, como Mato Grosso. Isso ainda está começando, mas a sinalização de que é um caminho sem volta será determinante. Novamente cito o Novo Campo, e agora mais especificamente os compromissos assumidos pela McDonald's de compra de carne com, entre outros critérios, rastreabilidade e zero desmatamento, colocando a cadeia produtiva da carne em outro patamar. O mesmo está acontecendo com os grandes compradores de soja. Em minha percepção, a sustentabilidade não será um nicho de mercado, mas sim uma demanda do mercado.

BABY: Sim, está existindo uma transição. Novas tecnologias sendo incorporadas ao processo produtivo, novos modelos de plantar, de empreender. Temos bons exemplos na região do Araguaia, no noroeste, no médio norte, há exemplo por todo Mato Grosso. O estado está comprometido em crescer economicamente, mas respeitando todos os aspectos de uma produção sustentável. O Mato Grosso possui metas e compromissos internacionais mais ambiciosos e mais restritivos que qualquer outro estado brasileiro. Desmatamento ilegal zero é uma das nossas metas já para 2020; temos outras tantas que podem ser vistas no nosso acordo em Paris na última COP 21.

SCHUSTER: Acho que cada um está preocupado com sua “bolsa”. A preocupação ambiental são poucos que têm. Sempre ouvimos todo mundo falando que a Amazônia é patrimônio da humanidade, mas ninguém nos ajuda a manter a floresta em pé. Por exemplo, a China é um dos maiores poluidores – mas eles vão colocar mão na “bolsa” para nós pagar? Não, não querem. Dizem que na Europa quase não há florestas. Querem que a gente preserve as áreas, mas eles têm uma excelente qualidade de vida que nós não temos, porque essa responsabilidade toda tem que ficar com a gente? O frigorífico JBS exige a documentação da regularização ambiental, que é novidade na região, e criou novas demandas e exigências para o produtor. Mas a pergunta que faço é: eu vou ter uma bonificação por isso? Isso é o problema, que não existe nenhum incentivo, pelo menos aqui em nossa região.

4. Existe alternativa para o produtor que não cumpre essas exigências ambientais?

SCHUSTER: De fato, o produtor não tem alternativa, pois é obrigado a vender para eles, já que são o único frigorífico na região. Eu acredito que deveria ter duas ou três opções de comprador, um que revenda para o mercado interno que pague, por exemplo, R\$ 100 por arroba, e outro que pague R\$ 120 como bônus pelo “boi verde”, que revenda para exportação. Aí sim, vamos produzir “boi verde”, mas precisa compençar.

FARIAS: Falando sobre lei, se ela está vigente, deve ser cumprida. Para proprietários que não consigam cumpri-la, a discussão deverá ser no âmbito da justiça também. De todo modo, nosso recente aprendizado na abordagem com produtores, especialmente os de pecuária, é de a maioria adotar um sistema de produção bastante extensivo com grande potencial de se aumentar a eficiência de produção. Temos percebido também que, mais que em um bônus por arroba produzida, o ganho financeiro está na melhoria do processo de gestão interno e na melhoria da qualidade do que se produz. Mas essa responsabilidade não deve ser apenas do produtor, há também uma distância grande entre as técnicas já desenvolvidas para a melhoria da eficiência e os recursos disponíveis em agências de investimentos ou programas públicos. A Pecuária Sustentável na Amazônia (Pecsa), uma empresa constituída a partir dos exemplos de intervenção desenvolvidos pelo ICV, tem conseguido essa aproximação. É uma iniciativa que atenderá um grupo pequeno de produtores comparado com a demanda existente, mas, de todo modo, é um bom exemplo de produção atrelada ao cumprimento das exigências ambientais.

BABY: Quando falamos sobre lei não há discussão, somos respeitadores e legalistas. Quando não há situações previstas em lei ou que permitem a normatização do Estado, nós procuramos discutir com a sociedade como cumprir as exigências necessárias para o uso dos recursos naturais.

5. Vocês falaram de mudanças na cadeia de produção empresarial. Os outros grupos sociais estão envolvidos?

BABY: O agronegócio em MT não depende do Estado para se sustentar, mas precisa melhorar o modelo de produção e monitorar o uso dos recursos naturais. Isso se aplica não só para o agronegócio e sim para todos os empreendedores que fazem uso dos recursos naturais, por exemplo, mineração, indústria, exploração florestal, serviços, etc. Como os colegas colocaram, o Estado ainda precisa trabalhar com as classes menos favorecidas da população rural, onde temos problemas de impacto ambiental, de desmatamento, que podem ser mitigados com trabalhos transversais. Por isso que o governador Pedro Taques idealizou a estratégia PCI em conjunto com o setor produtivo e com ONGs. É uma oportunidade que enxergamos, pois o setor produtivo já possui acesso aos mercados e agora precisamos avançar na assistência e na gestão ambiental com as pequenas e médias propriedades, incluindo os assentamentos rurais e a agricultura familiar. Boa parcela do desmatamento que tem acontecido nos últimos anos está associada a essa parcela da atividade rural. Então, o governo quer auxiliá-los no fomento à produção sustentável e em ações que vão além do comando e controle. Por exemplo, MT é um estado produtivo, porém, boa parte dos itens de hortifrutigranjeiro que nossa população consome vem de outros estados. Então, vamos investir em conservação, mas também em produção de alimentos da agricultura familiar.

SCHUSTER: Isso é culpa do governo porque faltam incentivos. O problema todo é que MT é exportador de commodities sem beneficiamento. Produzimos soja, algodão, arroz, milho, frango, carne, mas não temos indústria. Exportamos tudo e compramos óleo de soja de São Paulo.

FARIAS: Há historicamente no Brasil um grande investimento de apoio ao agronegócio. Um exemplo é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que deu muito suporte técnico e científico ao setor, além do grande investimento para produção de mega safras no País. Isso contribuiu para a eficiência produtiva de algumas commodities, como soja e algodão, ao mesmo tempo que propiciara um arranjo de Federações e Sindicatos representantes de tais sistemas de produção. Por outro lado, os incentivos à agricultura familiar sempre estiveram à margem disso. Como consequência, há um resultado inverso ao alcançado pelo agronegócio. Não há eficiência produtiva, até porque os arranjos para esse setor são mais complexos, assim como a própria representatividade das organizações de base. Também há uma importante temporalidade a ser destacada: a ocupação da Amazônia no que diz respeito à produção agropecuária é muito recente. Grupos sociais mais organizados e com maior força estão no Sul do País, enquanto aqui o capital social e humano é frágil, a logística é infinitamente complexa. Por isso é importante – para a sociedade civil e o governo – dar atenção a esse setor. Se você olhar PCI, o P (Produzir) tem uma grande capacidade de acelerar, enquanto o C (Conservar) e o I (Incluir) são mais devagar. Nos espaços C e I, tudo é mais complexo e exige uma temporalidade maior, mas é importante que aconteça. Se não, todo o sistema pode quebrar, afetando o P, por exemplo, com perda de investimento.

6. Na perspectiva de vocês, o que motiva os diferentes atores para a conservação?

SCHUSTER: A nossa consciência (dos produtores) é o grande motivador. Em segundo lugar, o mercado, o viés econômico. O mercado tem uma importância fundamental na conservação do meio ambiente. Por exemplo, neste ano, em Cotriguaçu, o valor da castanha subiu para R\$ 4 o quilo. Virou uma loucura, a coleta aumentou muito, isso é uma pequena demonstração que existem ganhos alternativos dentro da floresta. É preciso existir um mecanismo de remunerar a floresta em pé.

FARIAS: A motivação depende das diferentes percepções de cada setor, como vivenciamos em nosso projeto "Cotriguaçu Sempre Verde". Pecuaristas, setor florestal e setor privado falavam: "Nos paguem que deixamos a floresta em pé". Setor público: "Se atrairmos recursos para aplicar em políticas públicas poderemos melhorar nossa estrutura de monitoramento". Indígenas: "Precisamos manter nossas florestas, nossas castanheiras, nossos rios em respeito ao nosso povo que ali viveu e para os povos que virão". Os agricultores familiares: "Queremos melhorar nossa qualidade de vida, precisamos de mais renda, queremos integrar melhor nossa produção à conservação". Em suma, há uma diversidade e a

motivação se dá pelo que cada um entende como qualidade de vida. Penso que as discussões sobre conservação têm começado a sair da subjetividade e ganhar força com os efeitos já presentes das Mudanças Climáticas, mas ainda precisam dialogar melhor com a motivação de todos. O desafio é traçar as barreiras aceitáveis para todos os atores onde o direito de um deve respeitar o direito do outro.

7. Qual é o papel do governo e da sociedade em controlar o desmatamento? Um deles tem um papel principal ou é mais uma questão de ação coletiva?

BABY: Minha reflexão individual é que o problema do desmatamento não deve ser exclusivo da Sema e sim de Governo e de Estado. O que leva as pessoas a desmatarem não é uma questão apenas ambiental, é também econômica, social, de segurança, política, de incentivo. Existe uma rede de interações, um sistema complexo ligado a isso. O governo sozinho não dá conta, podemos colocar mais 300 fiscais em campo, mas e o custo disso? Será que ações transversais não podem incentivar um novo modelo de desenvolvimento a um menor custo? As queimadas também, gastamos muito para conter e coibir. Mas estão ligadas à segurança, à cultura de um modelo de produção e à educação das pessoas. A Sema faz seu trabalho muito bem, mas precisamos pensar mais em inovações como a PCI. Pensar de modo transversal e com políticas públicas conjuntas para um desenvolvimento sustentável da sociedade e do Estado.

FARIAS: Uma primeira resposta seria: comando e controle. No entanto, o papel do Estado é maior e mais estratégico, ele tem o papel de dar a segurança institucional para a agenda produtiva contra o desmatamento. Bons exemplos são incentivos fiscais para produtos florestais não madeireiros e desburocratização de financiamento de produção diversificada em pequenas propriedades (hoje mais de 90% do Pronaf é utilizado para pecuária leiteira). Mato Grosso, a partir das metas estabelecidas na COP 21, tem experimentado outro papel, tem recebido um representativo grupo de investidores ou curiosos para saber como contribuir com tais metas, que visam uma agenda contra o desmatamento.

BABY: Da minha perspectiva, depende muito de lideranças políticas, de posicionamento de Estado. O papel do governo no comando e controle está muito claro. Mas nesse processo para baixar de 1500 km² de desmatamento até zero é preciso a conscientização e o envolvimento da sociedade e de várias instituições e não só de gestão ambiental, tem um papel econômico e social forte também. A Constituição Brasileira prevê que o cuidado com o meio ambiente é dever de todos e não exclusivamente do Estado. Então não podemos simplesmente criticar as Semas por não acabar com 100% do desmatamento, até porque parte do desmatamento é permitido por Lei e isso não é citado na mídia. As Semas fazem esse combate muito bem, por monitoramento, com fiscalização, com inteligência e combate ao crime organizado. Mas há a necessidade disso estar alinhado com ações de desenvolvimento econômico e social, que quando não bem trabalhadas podem promover o desmatamento de forma indireta. Há a necessidade de que tenhamos mais políticas públicas de sustentabilidade, como Mato Grosso tem tentado fazer por meio do programa Produzir, Conservar e Incluir – PCI.

FARIAS: Lembra-me o desenho da panarquia no arcabouço conceitual de resiliência que estudamos, os sistemas aninhados e interligados entre escalas, setores. Um elo apenas não resolve, mas alguns elos têm maior impacto. Existe também a temporalidade. Para combater a ilegalidade e inibir a sensação de impunidade cabem ações emergenciais de comando e controle. Já para os pequenos produtores há demanda para o incentivo da diversificação da produção que promova a integração com a floresta. Para commodities como pecuária e soja, a saída são critérios e compromissos empresariais que restrinjam a compra de produtos de regiões com desmatamento. Enfim, mais que uma ação coletiva, cabe uma ação coordenada de comando e controle, e incentivos.

BABY: Entendemos hoje que não há mais um muro entre ambientalistas e setor produtivo. Todos têm interesses em conservação, todos necessitam de um clima satisfatório para produzir, e os ambientalistas sintonizaram que é preciso ceder em alguns aspectos e que é possível produzir com um modelo de sustentabilidade que respeite a legislação e preserve o meio ambiente.

SCHUSTER: A responsabilidade é do governo, mas ele sozinho não dá conta. Isso porque não possui capacidade física e porque o funcionalismo público frequentemente não tem a mesma agilidade que você vê no setor privado.

8. Sobre o desmatamento nessas regiões de fronteira, existe a percepção de que vale mais a pena fazer a coisa errada?

SCHUSTER: De forma grosseira, é o que tem acontecido no Brasil. Quem desmatou tem maior poder de barganha hoje, teve suas terras valorizadas. Por outro lado, temos exemplos de pessoas que mantiveram suas florestas e quando um dia fazem algo errado e sofrem uma multa, não têm recursos para pagar. E aqueles que desmataram tudo se capitalizaram e conseguem se legalizar. Isso é muito injusto. No fundo, ninguém deixará de desmatar apenas por prazer, e sim porque a lei existe. Caso não existisse a lei, não restariam mais florestas na região, tudo teria sido convertido para lavoura e pecuária.

FARIAS: Infelizmente tem se punido pouco quem comete os crimes. Ao mesmo tempo são muitos os relatos de produtores com inúmeras dificuldades burocráticas para seguir uma produção sustentável. Acreditamos que o cenário vai mudar a partir de incentivos e desburocratização, mas o que se ouve dos agricultores é que "o vizinho fez tudo errado e tem mais privilégios do que eu!"

BABY: Fazendo um paralelo com o combate ao crime urbano, é preciso comando e controle sim, mas também alternativas, emprego, renda, etc. O mesmo acontece na área rural e ambiental, precisamos pensar também a inclusão social, as necessidades da população. Inclusive porque o desmatamento não é mais feito em larga escala, são pequenas e médias propriedades. Precisamos dar alternativas para o desmatamento, e já existem inúmeras. Para isso Mato Grosso busca parcerias nacionais e internacionais para melhorar o modelo de desenvolvimento e conciliar as práticas de uso dos recursos naturais com a conservação.

9. Quais as principais reflexões e contribuições que o curso trouxe para você e seu trabalho?

BABY: O curso auxiliou muito a entender a complexidade dos sistemas. A refletir sobre as interações, as possibilidades de influência de diferentes atores em uma mesma situação. Minha principal aprendizagem foi que uma determinada situação vista de uma escala pequena pode ser de um jeito mas pode ser completamente diferente se considerada em uma escala maior. Se você não vê de uma perspectiva maior pode tomar decisões bastante equivocadas, então aprendi que se deve ter cuidado ao se tomar uma decisão que pode gerar muitos impactos. Aprendi a entender de uma maneira mais inteligente as interações sociais e ambientais. Eu tenho a certeza que em termos de entendimento, reflexão, capacidade de análise, entre outras coisas, eu aproveitei o curso (de especialização) mais do que meu curso acadêmico – fiz 5 anos de Engenharia Florestal. Isso porque na academia há pouca oportunidade para pensar, debater, refletir, avaliar o impacto das ações, mas no curso (de especialização) houve uma abordagem de aprender, refletir, retroalimentar. Foi fundamental – houve um crescimento profissional e como pessoa.

SCHUSTER: Em primeiro lugar, foi muito boa a oportunidade de apresentar minha opinião e conhecimento aqui da região e de discutir isso com um grupo tão diverso. Porque quando você discute em um grupo de classe, por exemplo, dentro do setor madeireiro, setor pecuarista, há convergência. E em nosso grupo não, existia uma diversidade muito grande com ambientalistas, acadêmicos, atores ligados aos pequenos produtores e aos grupos indígenas, o que foi muito enriquecedor. Houve momentos em que fui convencido de que estava errado e isso ajudou em meu crescimento, tanto profissional quanto de ser humano. Foi fantástico e só por isso valeu a pena. Com certeza mudou minha atuação profissional, o fato de parar para pensar na visão do outro.

FARIAS: Essa visão de sistemas integrados é relevante para a pergunta anterior dos diferentes papéis dos atores. Embora trabalhamos em certos nichos, temos a necessidade de uma visão além do papel

de nossa própria instituição. Existe um sistema maior que precisamos entender, existe uma série de outros fatores que influenciam. E cada um desses fatores, cada um desses grupos, tem uma importância nos resultados e nos efeitos daquele momento.

10. O curso trouxe o arcabouço conceitual de resiliência, incluindo o ciclo adaptativo de colonização-crescimento-colapso-reorganização. Como vocês aplicam esses conceitos em seu trabalho?

FARIAS: A questão que sempre fica em minha cabeça é “resiliência do que?” e “para quem?” e “analisada por quem / com que olhar?” Nesse sentido, geralmente quando falamos de “Amazônia” não explicitamos de qual resiliência estamos falando. Uma grande parte dos habitantes da Amazônia mato-grossense migrou do Sul, como eu e Schuster. Estamos olhando a resiliência do meio ambiente para suportar essa pressão (trazida com a colonização por migrantes), ou a resiliência dessa gente (que foi trazida para a região para ocupar e desmatar), ou a resiliência dos povos que já estavam lá (indígenas)? Temos que adaptar as estratégias para a visão, cultura e interesses de um povo não amazônico que hoje habita a Amazônia mato-grossense. Precisamos ter essa premissa de que essa gente não amazônica tem um olhar diferente sobre a região. Em que momento a resiliência do meio ambiente vai cruzar com a resiliência desses povos? Quando começa a faltar água, por exemplo. Acredito que as coisas só mudam quando ocorre o colapso, ele é determinante. A recuperação das nascentes em Alta Floresta é exemplo disso, iniciou após a crise de falta de água que houve em 2010, quando a represa de abastecimento da cidade secou completamente.

BABY: Quando analisamos os ciclos da panarquia, visualizamos os drivers, etc., reparamos que às vezes chegamos tarde nesse controle, em nossa vida pessoal, e também em algumas situações de políticas públicas. Isso não quer dizer que seja ruim o colapso, a reorganização ou até mesmo a manutenção de um determinado sistema. Desde 2005 estamos falando sobre a necessidade de conservar o maciço florestal no noroeste de Mato Grosso, produzimos muitos estudos e pesquisas, mas ainda não conseguimos tornar aquele maciço protegido ou dar a ele um uso sustentável. Atualmente, estamos construindo um projeto de Planejamento Sistemático da Conservação para aquela região. Sabemos que em outras sociedades do mundo foi preciso o colapso para a mudança acontecer, mas também temos exemplos daqueles que se preveniram e promoveram a sustentabilidade de uma região ou de um povo.

11. O famoso livro “Colapso”, de Jared Diamond, traz muitos exemplos de sociedades, incluindo a Groenlândia e a Ilha de Páscoa, onde ficou evidente que o sistema não podia se manter, mas não houve condições sociais para fazer uma mudança antes do colapso acontecer. Que vocês acham, as pessoas só acordam para o problema quando ocorre o colapso?

FARIAS: Creio que seja bem isso mesmo, o movimento se dá mediante o problema, e é proporcional ao quão grave esse problema é. O impacto direto sobre um bem natural como a água pode ser um bom exemplo. Embora ainda não exista um consenso, cada vez mais produtores tomam iniciativas para proteger as nascentes de suas propriedades. Isso se dá pela ocorrência de impactos como falta de água em cidades inteiras na Amazônia, algo até então impossível na visão de muitos. Tenho visto um número crescente de pecuaristas revendo a sua forma de trabalhar com o solo também, que até bem pouco atrás viam como fonte inesgotável de produção. Quem passa pelo colapso de ter falta de água e morte súbita do capim pode compartilhar essa lição para os outros. Um pecuarista me disse recentemente após cercar nascentes e reformar a pastagem: “Nós nunca voltaremos a ser o que fomos antes, estávamos muito errados”. Outra questão é que existem muitas técnicas de produção que não chegam às pessoas. Então nossa sociedade acaba tendo que passar por colapsos antes de dar um passo além, resta saber o quanto estamos próximos ao colapso que houve na Groenlândia e Ilha de Páscoa e o tempo que temos para revertê-lo. Talvez a diferença esteja na percepção das mudanças climáticas que trazem o risco de um eventual colapso global e promove um movimento, embora ainda tímido.

BABY: Acredito que a oportunidade de reverter antes do colapso existe. Quando as taxas de crescimento econômico estão em ascendência, como em Mato Grosso, existe a oportunidade para inovar com políticas públicas de conservação e uso ordenado dos recursos. Reduzimos o desmatamento e aumentamos a produtividade, mas não avançamos em industrialização, processamento de nossas commodities, o que poderia criar oportunidade para novas empresas e empreendimentos, verticalizando a produção rural. Precisamos de logística e investimentos do governo federal para que isso tudo aconteça. Para consolidarmos as políticas de REDD+ e Pagamentos por Serviços Ambientais, o Estado deve se impor de uma forma mais contundente, valorizar seus ativos, realizar inclusão social, promover suas áreas de conservação, investir em monitoramento ambiental e outros aspectos importantes.

FARIAS: Existem duas opções: continuar produzindo sem critério enquanto há fartura de recursos (e depois enfrentar o colapso) ou aproveitar esses recursos para fazer uma transição no modelo de produção. O problema é que a primeira opção é objetiva, tem retorno imediato mas leva ao esgotamento dos recursos em prazo incerto. Já a segunda opção é subjetiva, depende da governança, dos papéis dos atores, das escalas. No ICV temos trabalhado na segunda opção. Para isso investimos bastante na construção de soluções que tenham capacidade de ter escala. Acreditamos muito também no papel da formação de capital humano e social para que as ações tenham capacidade de se sustentar por conta própria após a nossa intervenção institucional.

12. Se é necessário um colapso para promover a mudança fundamental, isso pode ser um processo que promove muita instabilidade e miséria. Vocês são pessimistas em relação à situação de conservação e desenvolvimento em MT?

FARIAS: Não, o que vejo é oportunidade, uma perspectiva positiva de que vai se estabelecer essa agenda de governança. O que tenho visto é que existe uma grande oportunidade: quem trabalha no tripé transparência, governança e escala vai ter muito espaço no mercado.

SCHUSTER: Não estou pessimista porque a demanda para alimentos no mundo está sempre aumentando. Vamos precisar ampliar a produção – ou aumentando a produtividade ou expandindo a área. Nosso desejo é expansão da área, mas sabemos que não é possível. O controle de desmatamento por satélite vai ser cada vez mais afinado, não podemos fugir disso. Mas ninguém vai tirar a gente da área onde chegamos, das áreas que já são abertas. Vamos precisar trabalhar nelas e aproveitar as muitas oportunidades de aumentar a produtividade. O que nos faltam são recursos financeiros. Por exemplo, estou tentando captar um recurso no Banco do Brasil para pecuária há um ano e meio, exigem projeto, pedem para alterar, e não sai. Ainda existe um grande potencial de exploração florestal madeireira na região, então temos em que trabalhar por alguns anos. Mesmo com as exigências ambientais reduzindo a margem de lucro, as empresas continuam sua produção. Pena que não existe um preço de bonificação para incentivar a produção certificada.

BABY: Não estamos sendo pessimistas, pelo contrário. Podemos avançar muito, mas todos precisarão sair das zonas de conforto. Como o colega disse, governança, inovação, eficiência, gestão, tecnologia, etc., um jeito novo de fazer produção e gestão ambiental. O órgão ambiental está aberto a parcerias, inovações e novos modelos de gestão. O desafio é não esperar o colapso que pode vir, por exemplo, com a mudança climática e pode não ter volta. A solução passa por fiscalização, alternativas econômicas, valorização social, principalmente nos assentamentos. Vamos expulsar aqueles que estão na floresta? Não é esse o caminho, o momento é de reinventar, inovar, escrever projetos. Acreditamos que temos uma luz no fim do túnel, e que não é o trem vindo em nossa direção!